

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)

ATIVO	2016	2015	PASSIVO	2016	2015
CIRCULANTE.	17.889	16.831	CIRCULANTE.	941	1.135
Disponibilidades	94	94	Outras obrigações	941	1.135
Aplicações interfinanceiras de liquidez	17.739	16.679	Fiscais e previdenciárias	342	397
Operações compromissadas	17.739	16.679	Diversas	599	738
Outros créditos	56	38	Exigível a longo prazo	127	122
Diversos	56	38	Outras obrigações	127	122
Outros valores e bens	-	20	Diversas	127	122
Outros valores e bens	-	20	Patrimônio líquido	18.379	17.353
Realizável a longo prazo	1.051	1.135	Capital:		
Outros créditos	1.051	1.135	De domiciliados no País	11.867	11.867
Diversos	1.051	1.135	Reserva de lucros	6.512	5.486
Permanente	507	644			
Imobilizado de arrendamento	507	644			
Bens arrendados	1.467	1.898			
Depreciação acumulada	(960)	(1.254)			
TOTAL DO ATIVO	19.447	18.610			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Legal	Outras	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014.	11.867	599	4.685	-	17.151
Lucro líquido do semestre	-	-	-	202	202
Destinação do lucro:					
Reservas Especiais de Lucro	-	-	192	(192)	-
Reserva legal	-	10	-	(10)	-
Saldo em 30 de junho de 2015.	11.867	609	4.877	-	17.353
Saldo em 31 de dezembro de 2015.	11.867	643	5.526	-	18.036
Lucro líquido do semestre	-	-	-	343	343
Destinação do lucro:					
Reservas Especiais de Lucro	-	-	326	(326)	-
Reserva legal	-	17	-	(17)	-
Saldo em 30 de junho de 2016.	11.867	660	5.852	-	18.379

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) iniciou suas atividades em 2000, tendo por objetivo social a prática de operações permitidas nas disposições legais e regulamentares em vigor, inerentes as sociedades de arrendamento mercantil, bem como a participação em outras sociedades.

As demonstrações financeiras do semestre de 2016, foram aprovadas pela diretoria em 29 de julho de 2016.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25).

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e, considera a Portaria MF nº 140/84, que considera como abaixo:

• As receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período; e

• O ajuste ao valor presente das operações de arrendamento mercantil.

b. Estimativas contábeis

Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas contábeis e premissas incluem o valor residual do ativo permanente, a provisão para créditos de liquidação divididos das operações de arrendamento mercantil, o ativo fiscal diferido e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A Sociedade revisa as estimativas e premissas mensalmente.

c. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação

d. Ativos circulante e realizável a longo prazo

Caixa e equivalente de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em operações compromissadas, cujos vencimentos das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresenta risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela sociedade para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Créditos tributários

Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização, considerando o histórico de rentabilidade da entidade e expectativas de resultados futuros, e referem-se, principalmente, as diferenças temporárias no cálculo de imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários foram constituídos às alíquotas de 15%, acrescida de 10% de adicional para o imposto de renda e de 20% para a contribuição social. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e reversão das respectivas provisões sobre os quais foram constituídos.

Ativos contingentes

A Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil não reconhece ativos contingentes, exceto quando há decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado e que não caiba mais recurso. A Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil não apresenta ativos contingentes reconhecidos em 30 de junho de 2016 e 2015.

Outros ativos

São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base pro rata dia) auferidos e, quando aplicável, ajustados aos valores de mercado ou de realização.

e. Ativo permanente

Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com o seguinte aspecto:

• Depreciação do custo dos bens arrendados reconhecida pelo método linear no prazo de vida útil do bem considerando, quando aplicável, uma redução de 30% na referida vida útil para pessoa jurídica, segundo o determinado pela Portaria MF nº 140/84, sendo: pessoa física - 20% ao ano (vida útil de 60 meses) e pessoa jurídica - 28,57% ao ano (vida útil de 42 meses).

• Diferido refere-se a perdas de arrendamento, sendo a amortização das perdas de arrendamento mercantil reconhecida pelo prazo da vida útil remanescente dos bens arrendados.

f. Passivo circulante e exigível a longo prazo

Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social é constituída sobre bases tributáveis às seguintes alíquotas:

• Imposto de renda - 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 120 no semestre.

• Contribuição social - 20% sobre o lucro tributável.

• O imposto de renda diferido, são calculados sobre a superveniência de depreciação.

Passivos contingentes e obrigações legais

Os passivos contingentes são contabilizados com base em informações dos assessores jurídicos e no histórico de perda referente aos valores reivindicados em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, para processos classificados com perda provável.

As obrigações legais cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas.

Outros passivos

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias (em base "pro rata" dia) incorridas.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Representado por operações compromissadas:

	2016	2015
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	17.739	16.679
	17.739	16.679

5. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

	2016	2015
Veículos e afins	1.467	1.898
Superveniência de depreciação	507	644
Depreciação acumulada	(1.467)	(1.898)

Os contratos de arrendamento mercantil contêm cláusulas de opção de compra e de seguros dos bens objetos de arrendamento, a favor do arrendador.

6. SUPERVENIÊNCIA DE DEPRECIAÇÃO

As diretrizes contábeis adotadas para a contabilização das operações atendem às normas do BACEN, específicas para sociedades de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular nº 1.429/09, do BACEN, a Sociedade registrou o valor classificado em insuficiência de depreciação durante

Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 03.634.239/0001-01

Avenida Senador Roberto Simonsen, 304 - CEP: 09530-401 - Santo Antônio - São Caetano do Sul - SP

Demonstrações Financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)

ATIVO	2016	2015	PASSIVO	2016	2015
CIRCULANTE.	17.889	16.831	CIRCULANTE.	941	1.135
Disponibilidades	94	94	Outras obrigações	941	1.135
Aplicações interfinanceiras de liquidez	17.739	16.679	Fiscais e previdenciárias	342	397
Operações compromissadas	17.739	16.679	Diversas	599	738
Outros créditos	56	38	Exigível a longo prazo	127	122
Diversos	56	38	Outras obrigações	127	122
Outros valores e bens	-	20	Diversas	127	122
Outros valores e bens	-	20	Patrimônio líquido	18.379	17.353
Realizável a longo prazo	1.051	1.135	Capital:		
Outros créditos	1.051	1.135	De domiciliados no País	11.867	11.867
Diversos	1.051	1.135	Reserva de lucros	6.512	5.486
Permanente	507	644			
Imobilizado de arrendamento	507	644			
Bens arrendados	1.467	1.898			
Depreciação acumulada	(960)	(1.254)			
TOTAL DO ATIVO	19.447	18.610			



Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 03.634.239/0001-01

Avenida Senador Roberto Simonsen, 304 - CEP: 09530-401 - Santo Antonio - São Caetano do Sul - SP



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)

operações vinculadas à taxas de juros e abrangendo inclusive o risco de liquidez.

Para o cálculo do risco de taxa de juros na carteira banking, a instituição utiliza o modelo EVE na abordagem de valor econômico.

Gestão de capital

A gestão de capital tem como objetivo mensurar, monitorar e mitigar a evolução dos negócios em consonância com a capacidade de gerar ou obter capital, propondo limites e alternativas de contingenciamento do nível de capital mínimo da instituição, garantido nível de capital adequado a

expectativa de evolução dos negócios em ambientes distintos.

A instituição utiliza principalmente testes de stress de carteira em condições econômicas adversas.

Risco operacional

A gestão de risco operacional segue a premissa de que o risco operacional deriva de eventos resultantes de processos internos, pessoas e sistemas inadequados, falhos ou eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. Estes eventos, quando ocorrem, são registrados e a origem avaliada para correção e melhorias.

Risco socioambiental

A gestão de risco socioambiental é concebida sobre a premissa de que este é a possibilidade de ocorrência de perdas oriundas de danos socioambientais. Em seu gerenciamento deve ser considerado: sistemas, rotinas, procedimentos, novas modalidades de produtos ou serviços, ramo de atividade dos clientes, entre outros exemplos.

As descrições dessas estruturas estão evidenciadas no site da Honda Leasing e os relatórios detalhados dessas atividades estão disponíveis na sede da instituição.

A DIRETORIA

ELVIS FLAUSINO GONÇALVES - T.C. CRC 1SP206096/0-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionista da
Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil - São Caetano do Sul - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Leasing"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre, findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Leasing é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas exigem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão

livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Leasing para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Leasing. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

A Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil registra suas operações e elabora suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência

ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa às demonstrações financeiras nº 2 e 3. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado do período e do patrimônio líquido findo em 30 de junho de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre, findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 19 de agosto de 2016



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/0-6

Giuseppe Masi
Contador CRC 1SP176273/0-7